



Cadernos ODS – Síntese

ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial



**CADERNOS
ODS**
Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável no RS

dee.rs.gov.br

Novembro de 2025



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Cadernos ODS – Síntese ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial

Divisão de Análise de Políticas Sociais

Equipe técnica:

Mariana Lisboa Pessoa (coordenação)
Felipe Nathan Ferreira dos Santos
Gabriele dos Anjos

Porto Alegre, novembro de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
Secretária: Danielle Calazans
Secretário Adjunto: Bruno Silveira

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Subsecretária: Carolina Mór Scarparo
Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Diretor: Tomás Pinheiro Fiori
Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi
Divisão de Análise de Políticas Sociais: Mariana Lisboa Pessoa



**CADERNOS
ODS**
Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável no RS



A série **Cadernos ODS** é uma publicação criada em 2020 pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Seu propósito é analisar os indicadores que acompanham as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) no Rio Grande do Sul, comparando-os com os resultados do Brasil como um todo e das demais unidades da Federação.

A **Síntese dos Cadernos ODS** reúne e apresenta, por meio de gráficos, tabelas e textos, os principais indicadores de cada meta, tornando a leitura mais direta e acessível.

Nesta edição, são apresentados os indicadores do **ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial**.

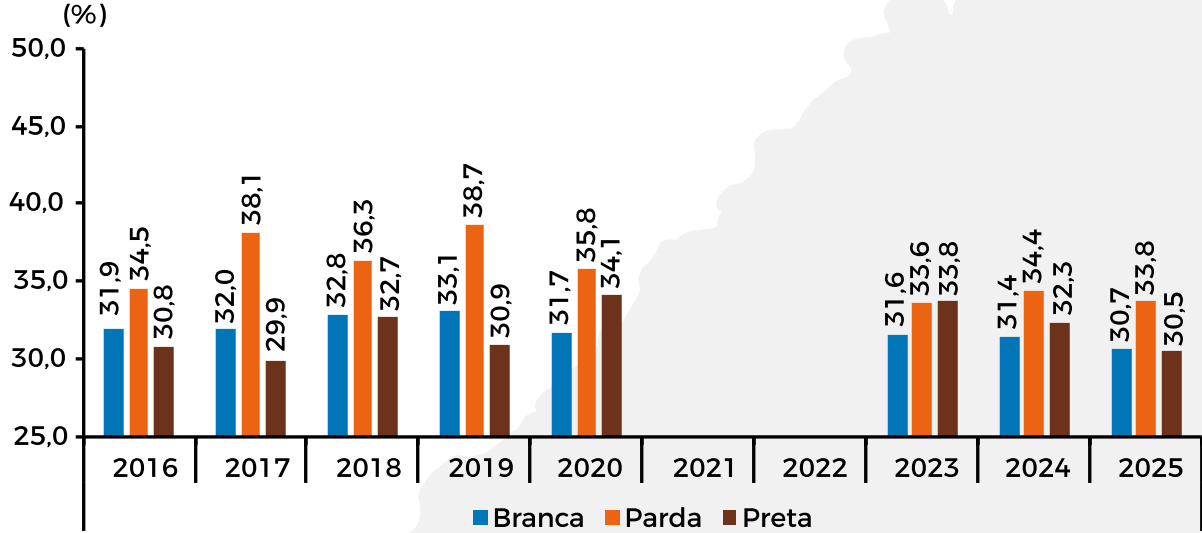
O **ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial** está sendo voluntariamente adotado pelo Brasil, por meio de um processo participativo e democrático, com o objetivo de promover a igualdade étnico-racial na sociedade brasileira. O foco recai sobre as desigualdades que afetam povos indígenas, afrodescendentes e outros grupos sujeitos à discriminação em suas diversas formas. Este ODS contempla 10 metas preliminares, associadas a 65 indicadores principais e 72 adicionais, totalizando 137 indicadores que abrangem diferentes áreas temáticas.

Atualmente, esses indicadores estão em fase de consolidação metodológica, incluindo definição de fontes, referências conceituais e detalhamentos, em um trabalho conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Nesse contexto, o Caderno ODS 18, elaborado pelo DEE, tem como objetivo analisar de forma exploratória os indicadores preliminares propostos, oferecendo um panorama amplo das desigualdades raciais no estado e sua relação com o cenário nacional. Além disso, busca contribuir para a consolidação dos indicadores em desenvolvimento, por meio do levantamento de fontes e da análise crítica dos dados disponíveis para oito das dez metas propostas.

Meta 18.1 – Eliminar o racismo e a discriminação, tanto direta ou indireta, bem como nas formas múltipla ou agravada, e a intolerância correlata contra os povos indígenas e afrodescendentes nos ambientes públicos e privados de trabalho.

Taxa de informalidade por cor ou raça no Rio Grande do Sul – 1.º trimestre - 2016-25



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (2025).
 Nota: 1. Tabela 6402 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).
 2. Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.
 3. Dados relativos ao primeiro trimestre, sendo os de 2025 preliminares.

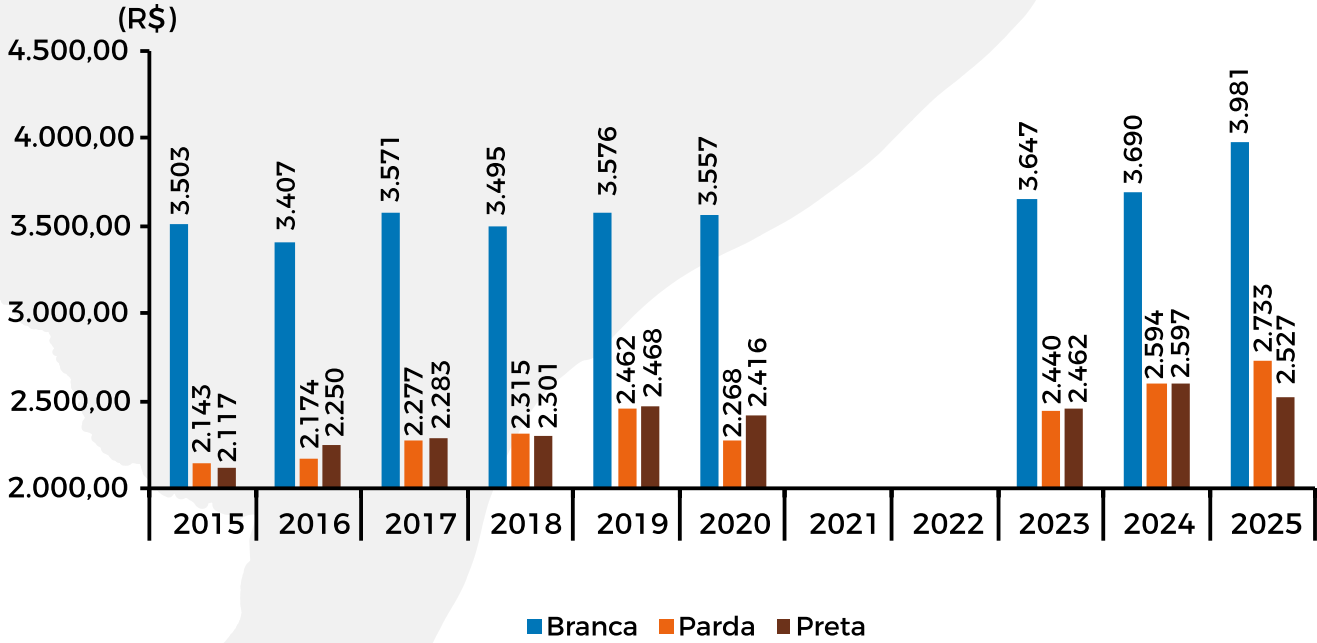
Entre 2016 e 2025, no Rio Grande do Sul, houve queda geral na taxa de informalidade das pessoas de 14 anos ou mais por cor ou raça: brancas (-1,2p.p.), pardas (-0,7p.p.) e pretas (-0,3p.p.). Em 2025, as pardas mantiveram a maior taxa (33,8%), seguidas das brancas (30,7%) e das pretas (30,5%), indicando desigualdade persistente, embora com leve redução. A diferença entre grupos é menor que no Brasil, mas ainda relevante.

No país, em 2025, a taxa de informalidade caiu entre as pessoas pardas (-2,5p.p.) e pretas (-0,7p.p.), mas subiu entre brancas (1,1p.p.). Mesmo com a redução, pardas seguiram com a maior informalidade (42,9%), seguidas das pretas (40,6%) e das brancas (32,3%).

Entre 2015 e 2025, os rendimentos cresceram para todos os grupos de pessoas no Rio Grande do Sul: brancas (13,6%), pardas (27,5%) e pretas (19,4%). Apesar do avanço maior entre as pessoas pardas e pretas, a desigualdade persiste em 2025, o rendimento das brancas (R\$ 3.981) supera em mais de R\$ 1,2 mil a das pardas (R\$ 2.730) e em cerca de R\$ 1,4 mil a das pretas (R\$ 2.527).

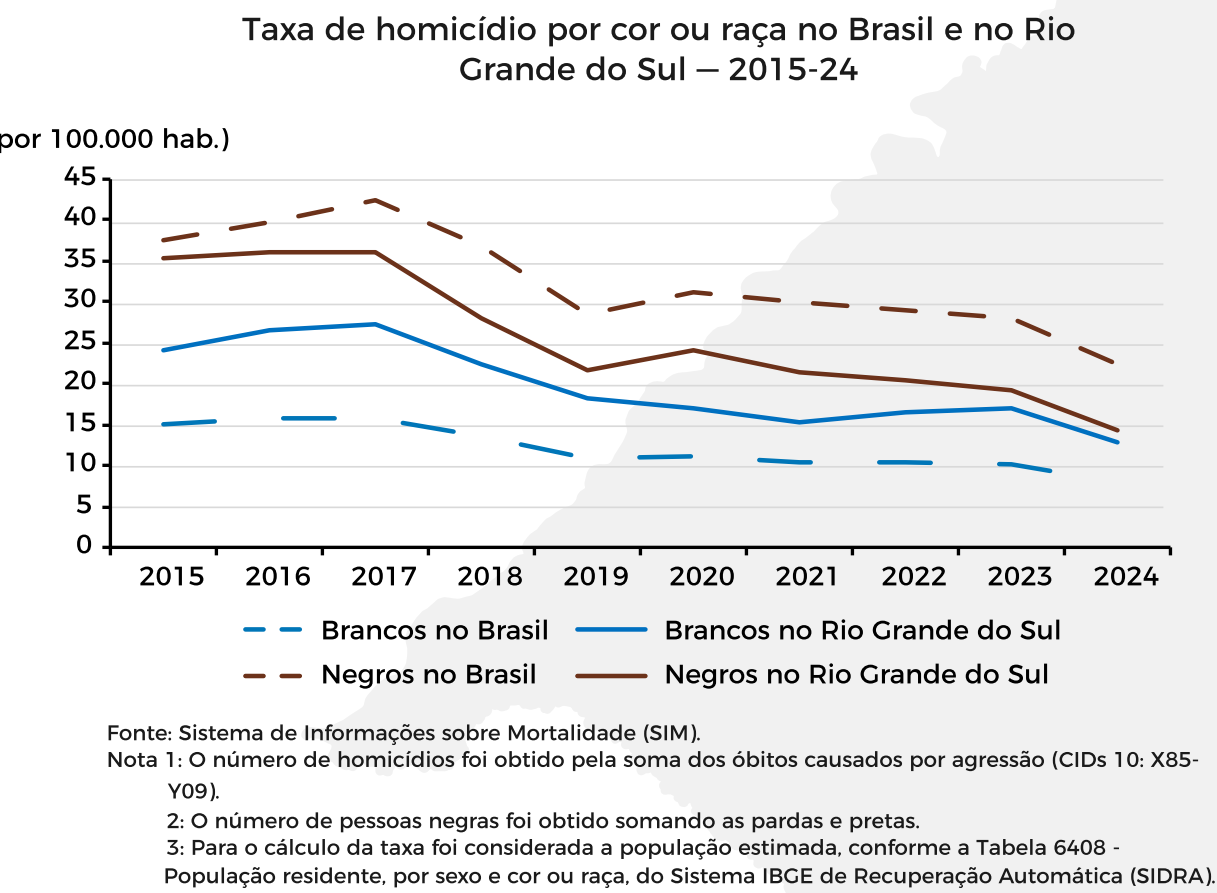
No Brasil, o padrão é semelhante: pessoas brancas (7,9%), pardas (13,6%) e pretas (10,7%) aumentaram seus rendimentos, com maior crescimento proporcional entre os grupos não brancos. Ainda assim, a diferença absoluta segue elevada: em 2025, brancas receberam R\$ 4.295 contra R\$ 2.602 das pardas e R\$ 2.526 das pretas, mantendo uma diferença superior a R\$ 1.670.

Rendimento médio mensal real das pessoas com 14 anos ou mais por cor ou raça no Rio Grande do Sul – 1.º trimestre - 2015-25



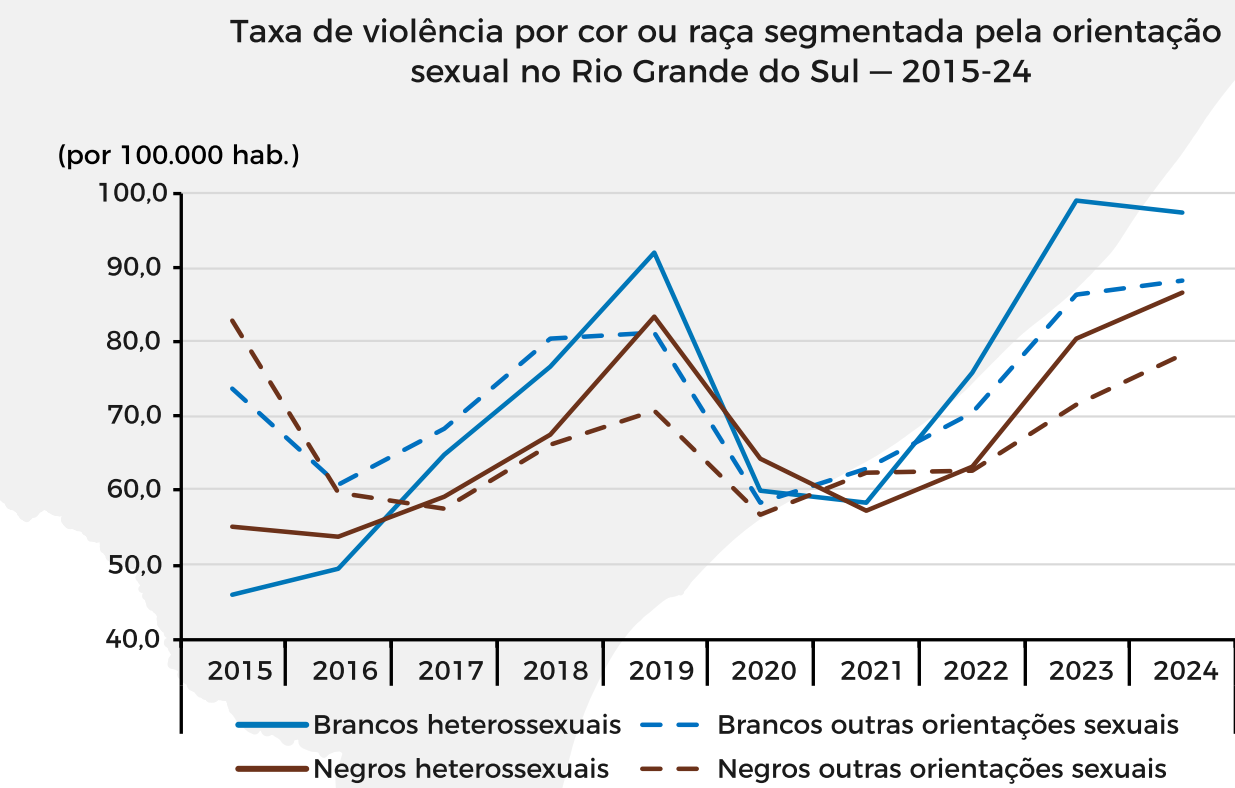
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (2025).
 Nota: 1. Tabela 6405 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).
 2. Habitualmente recebido no trabalho principal.
 3. Dados relativos ao primeiro trimestre, sendo os de 2025 preliminares.
 4.Valores a preços médios do primeiro trimestre de 2025.

Meta 18.2 – Eliminar todas as formas de violência contra povos indígenas e afrodescendentes nas esferas pública e privada, levando em conta suas interseccionalidades, em particular o homicídio das juventudes, feminicídio e os resultantes de homofobia e transfobia.



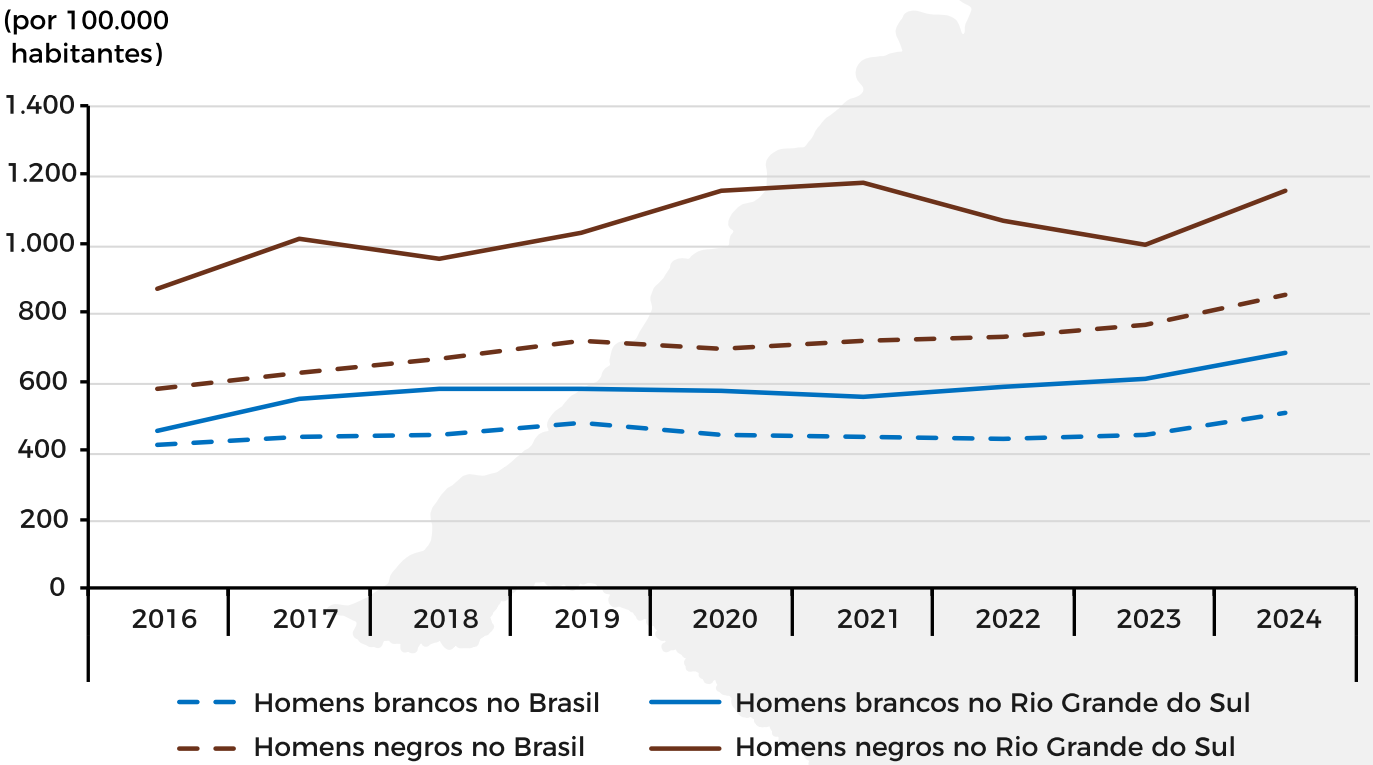
Entre 2015 e 2024, as taxas de homicídio caíram fortemente no Rio Grande do Sul, com redução de 46,3% entre as pessoas brancas (de 24,1 para 13) e de 59,5% entre as negras (de 35,3 para 14,3). Essa queda mais acentuada entre as pessoas negras diminuiu significativamente a desigualdade: a diferença, que era de 11,2 pontos em 2015, caiu para apenas 1,3 ponto em 2024. Apesar da convergência no RS, no Brasil a disparidade permaneceu elevada, mesmo com reduções expressivas entre as pessoas brancas (menos 47%) e negras (menos 40,6%), indicando que a desigualdade na violência letal é estrutural em nível nacional, mas apresenta sinais claros de mitigação no contexto gaúcho.

Entre 2015 e 2024, as taxas de violência cresceram de forma distinta por cor e orientação sexual. No Rio Grande do Sul, houve aumento expressivo no número de casos de violência contra as pessoas brancas heterossexuais (111,6%), cuja taxa passou de 46,1 para 97,4 por 100.000 habitantes, enquanto, contra as pessoas negras heterossexuais, o crescimento foi menor (56,8%), de 55,3 para 86,6 por 100.000 habitantes. Já entre as pessoas que se declararam “outro”, a variação foi modesta para brancas (19,8%) e negativa para negras (5,6%), indicando redução nesse grupo. Apesar da alta geral, a diferença entre as pessoas brancas e negras heterossexuais diminuiu, mas permaneceu relevante.



Meta 18.3 – Garantir aos povos indígenas e afrodescendentes tratamento digno, justo e equânime perante os órgãos do sistema de justiça, de segurança pública e administrativos do estado, assegurando a efetivação e a ampliação do acesso à justiça e o devido processo legal.

Taxas de homens brancos e negros encarcerados no Brasil e no Rio Grande do Sul – 2016-24

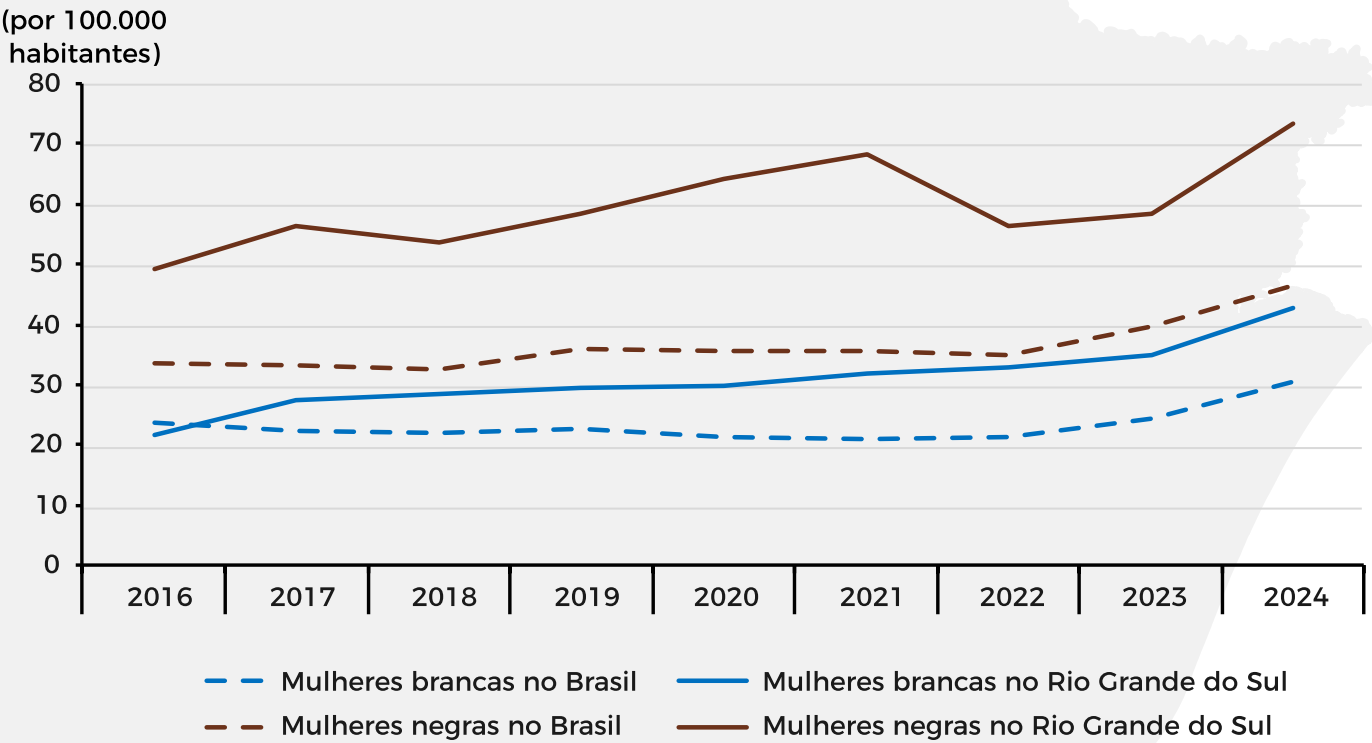


Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senapen).

Nota: 1: Foram considerados os dados referentes ao segundo semestre de cada ano.
2: Para o cálculo da taxa foi considerada a população estimada conforme a Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça, do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Entre 2016 e 2024, as taxas de encarceramento masculino aumentaram para todos os grupos. No RS, as variações foram de 51,1% para brancos e 32,5% para negros; no país, 46,9% para negros e 22,6% para brancos. O mesmo padrão é encontrado para o encarceramento feminino. No RS, as variações foram de 98,4% para brancas e 49,4% para negras; no Brasil, 28,9% para brancas e 38,0% para negras.

Taxas de mulheres brancas e negras encarceradas no Brasil e no Rio Grande do Sul – 2016-24



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senapen).

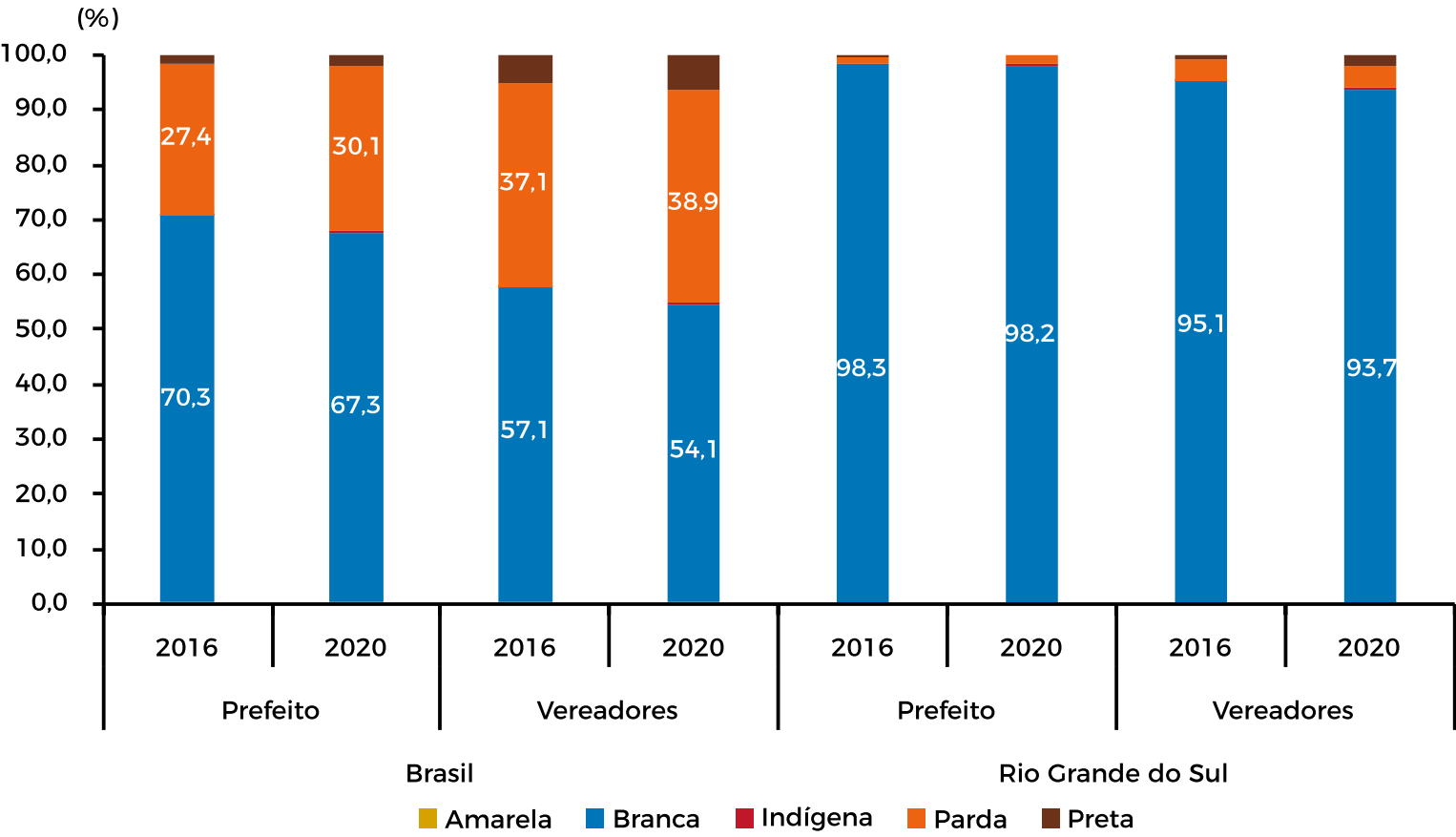
Nota: 1: Foram considerados os dados referentes ao segundo semestre de cada ano.
2: Para o cálculo da taxa foi considerada a população estimada conforme a Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça, do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Com relação aos processos relacionados ao racismo, entre 2020 e 2024, as taxas de registro por injúria cresceram no RS e no Brasil, com predominância da motivação racial. No RS, chegou-se à soma de 5,36 por 100.000 habitantes (86% por cor ou raça); no Brasil, 14,55 (88% por cor ou raça). Após valores baixos em 2020-21, houve salto em 2022 e pico em 2023, seguido de leve queda nacional em 2024.



Meta 18.4 – Garantir a representatividade equitativa dos povos indígenas e afrodescendentes nas instâncias, colegiados e órgãos de estado e no quadro de pessoal de empresas públicas e privadas, levando em conta a interseccionalidade.

Proporção de prefeitos e vereadores, por cor ou raça, no Rio Grande do Sul e no Brasil – 2016-2020

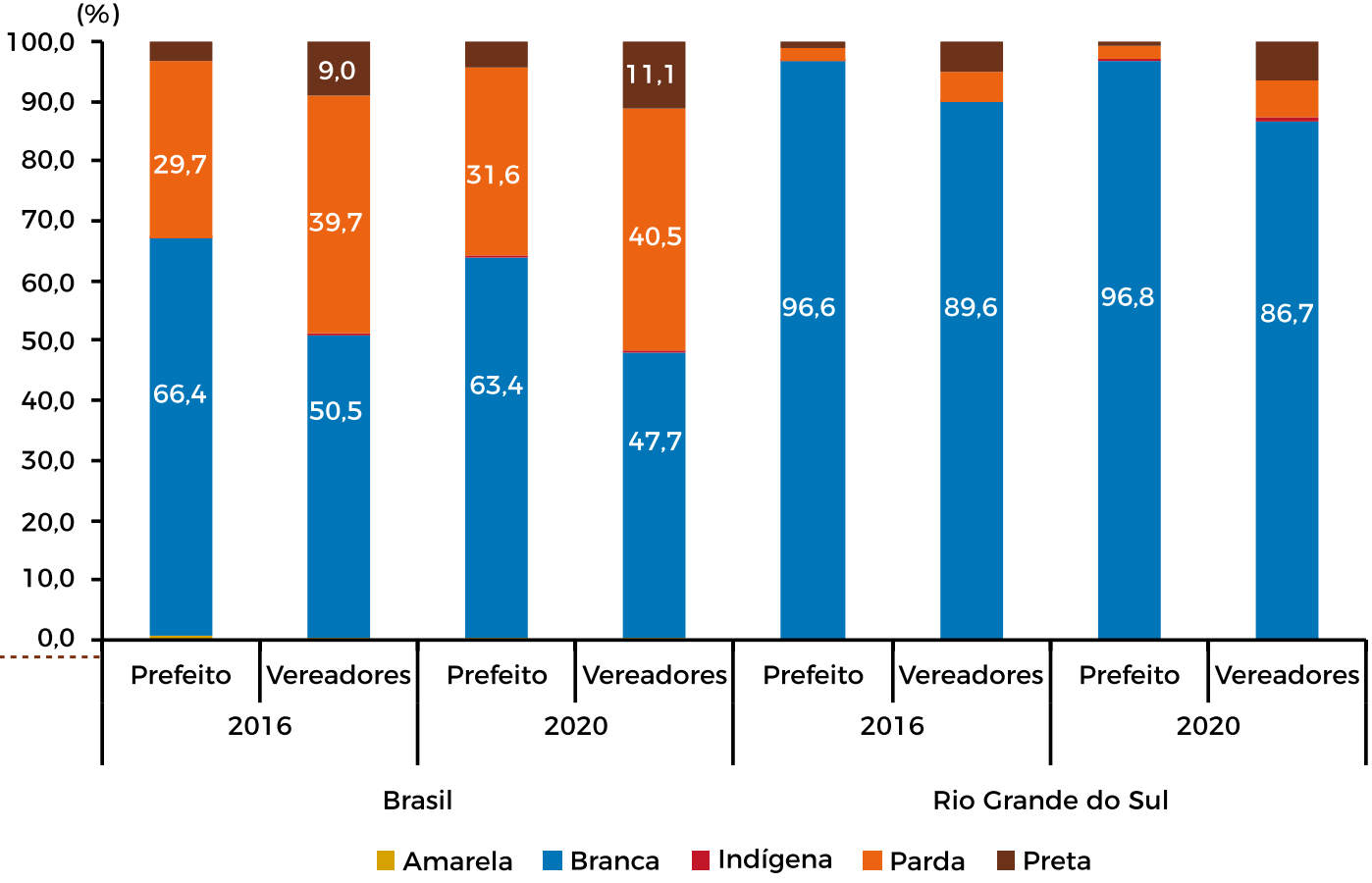


Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em 2016 e 2020, as candidaturas mantiveram predominância branca no Brasil e no RS. No país, candidatos a prefeito brancos foram 66,4% e 63,4% e a vereador, 50,5% e 47,7%, indicando baixa diversidade racial. No RS, candidatos a prefeito brancos somaram 96,6% e 96,8%, e a vereador, 89,6% e 86,7%, em 2016 e 2020 respectivamente. A comparação com o Indicador 18.4.1 revela que a sub-representação racial não se limita à eleição, mas começa na etapa de candidatura. Mesmo no Brasil, onde há maior diversidade entre candidatos, isso não se traduz em ocupação proporcional de cargos, sugerindo barreiras estruturais na conversão de candidaturas em mandatos.

Em 2016 e 2020, a participação política manteve sobre-representação da população branca no RS e no Brasil, que é estimada em 78,4% e 43,5%, respectivamente. No estado, prefeitos brancos somaram 98,3% e 98,2%, e vereadores, 95,1% e 93,7%, respectivamente. No país, prefeitos brancos foram 70,3% e 67,3%, e vereadores, 57,1% e 54,1%, indicando baixa diversidade racial.

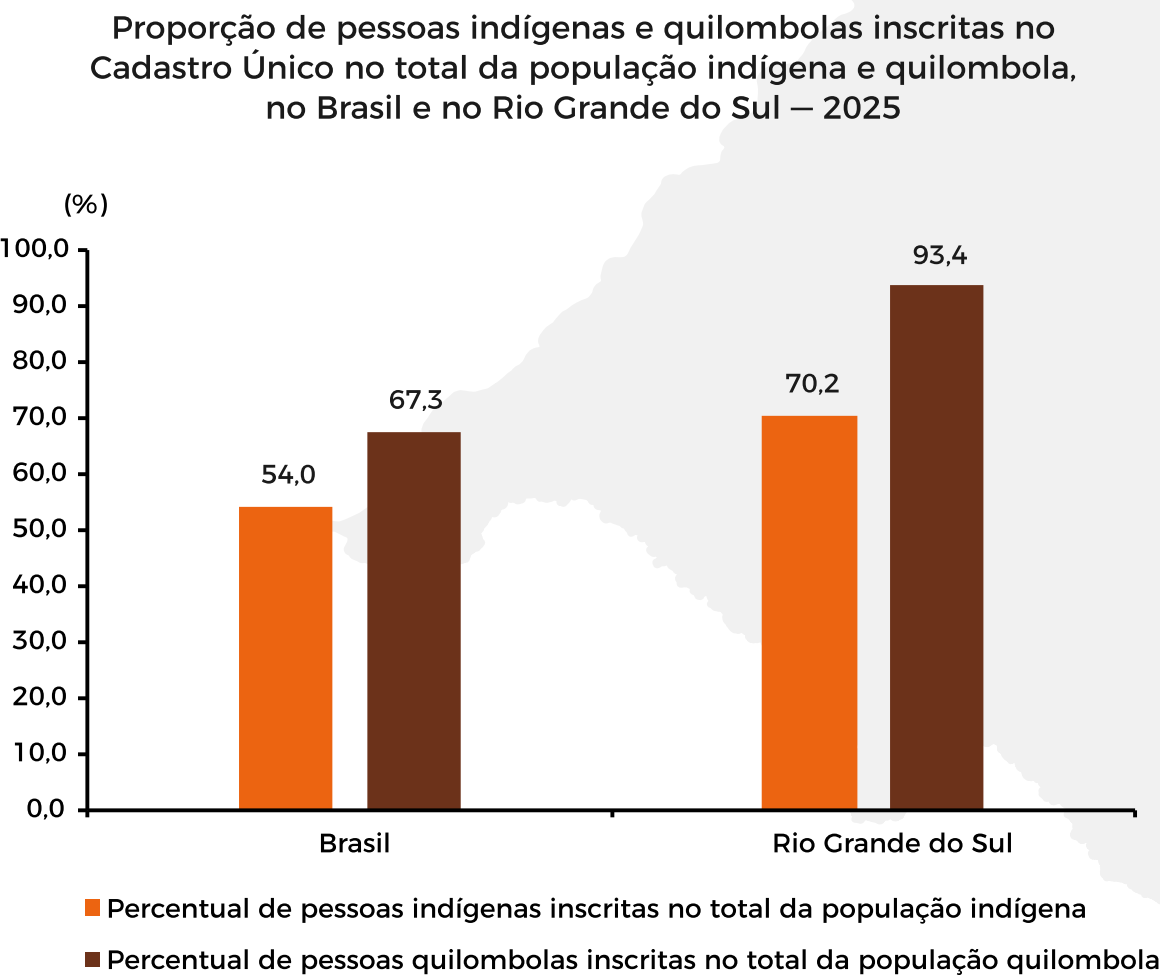
Proporção de candidatos a prefeito e vereador, por cor ou raça, no Rio Grande do Sul e no Brasil – 2016-2020



Fonte: Portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Meta 18.5 – Promover a reparação integral das violações socioeconômica e cultural, das perdas territoriais e dos impactos ambientais nos territórios dos povos indígenas e afrodescendentes, especialmente os integrantes de comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, garantindo o direito à memória, verdade e justiça.

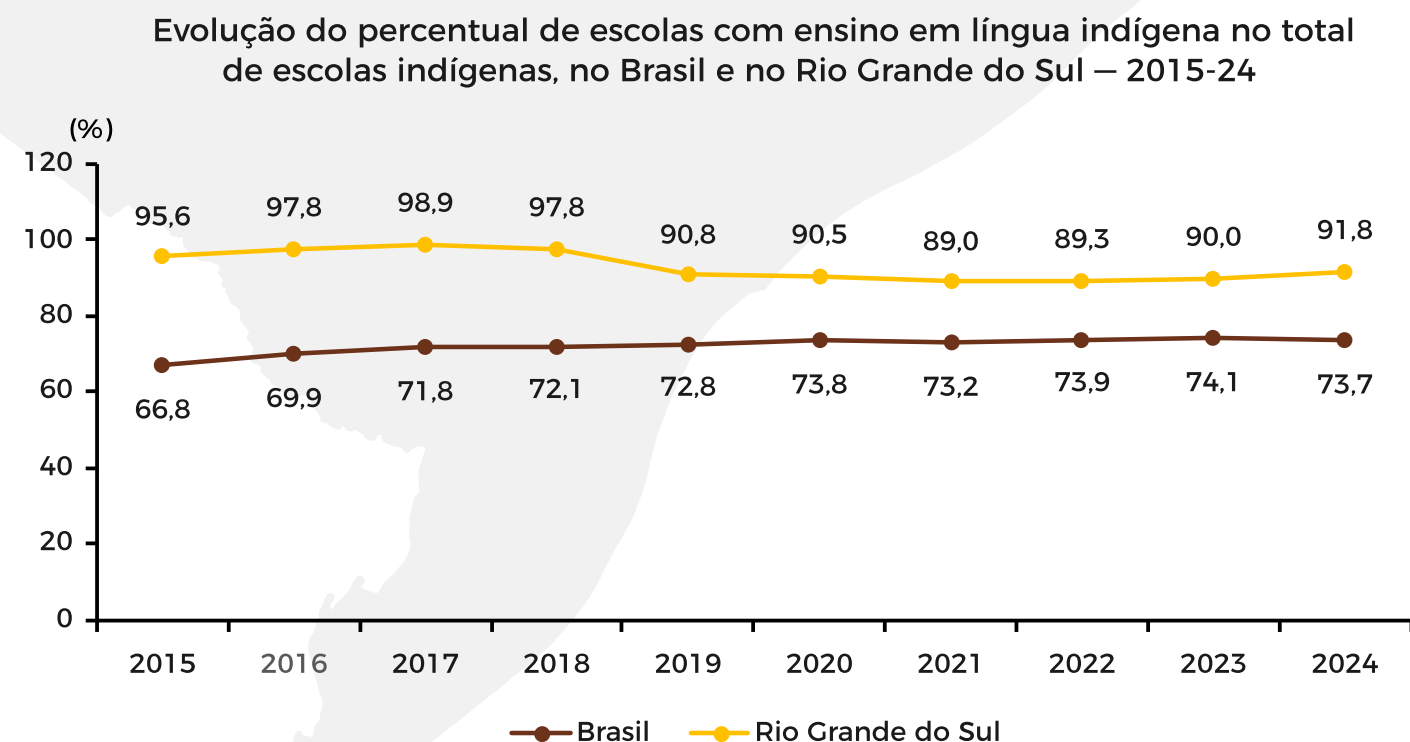
Meta 18.5.2 – Preservar as formas de vivência e convivência estabelecidas pelos povos indígenas e afrodescendentes, bem como sua cosmovisão, liberdade de expressão cultural e religiosa.



Fonte: Censo Demográfico 2022. Tabelas 1209, 8175 e 8176 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) (2025).

Ao se considerar o total de pessoas indígenas e quilombolas inscritas em relação às populações indígena e quilombola, segundo o Censo de 2022, é possível afirmar que, tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Sul, há altos percentuais dessas populações que estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). São 54% dos indígenas que estão inscritos no Brasil, e 70,2% no Rio Grande do Sul. Entre os quilombolas, as proporções são ainda maiores: 67,3% no Brasil e 93,4% no Rio Grande do Sul estão inscritos no Cadastro.

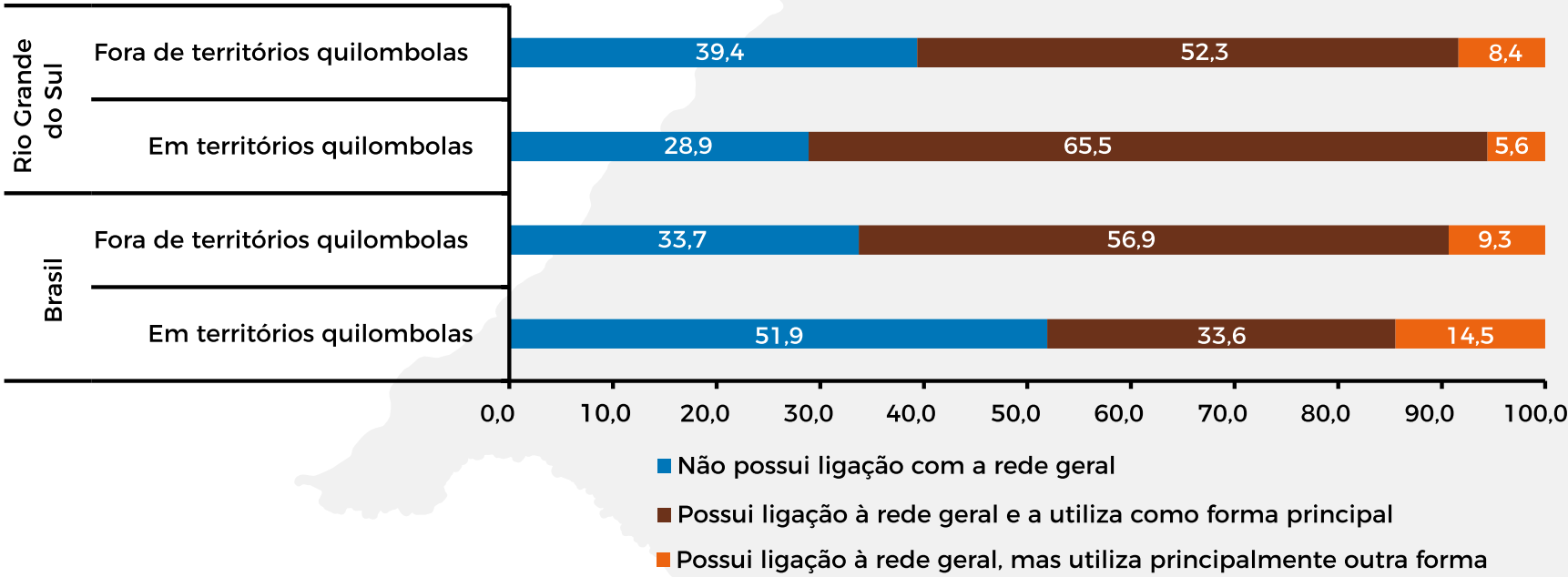
A partir dos dados do Censo Escolar para a Educação Básica, observa-se se que, no Brasil, ao mesmo tempo que houve uma diminuição do número total de escolas entre 2015 e 2024, com uma variação percentual negativa de 4%, houve também um aumento no percentual de escolas indígenas, que passaram de 1,6% em 2015 para 2% do total das escolas, em 2024. Para o Rio Grande do Sul, verifica-se um movimento semelhante de decréscimo do número total de escolas no mesmo período (1,6%). O percentual de escolas indígenas em que o ensino é ministrado em língua indígena (exclusivamente ou também em língua portuguesa) tem diminuído no Rio Grande do Sul. No início do período, 95,6% das escolas indígenas ministravam o ensino em língua indígena. Esse percentual vem decrescendo, de forma um tanto errática e, em 2024, representava 91,8%. Ainda assim, em relação ao Brasil, durante todo o período, o percentual é bastante superior. Para o país, ocorre o movimento inverso, de aumento do percentual de escolas indígenas com ensino em língua indígena. Esse aumento é progressivo: em 2015 o percentual era de 66,8% e, em 2024, de 73,7% das escolas indígenas, um aumento de 6,9 p.p.



Fonte: Microdados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

Meta 18.6 – Assegurar moradias adequadas, seguras e sustentáveis aos povos indígenas e afrodescendentes, incluindo comunidades tradicionais, favelas e comunidades urbanas, com garantia de equipamentos e serviços públicos de qualidade, com especial atenção à população em situação de rua.

Proporção de moradores quilombolas em domicílios particulares permanentes ocupados, dentro e fora de territórios quilombolas, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água, no Rio Grande do Sul e no Brasil – 2022



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (IBGE, 2022).
 Nota: 1. Tabela 9818 - Moradores, total e quilombolas, em domicílios particulares permanentes ocupados, total e com pelo menos um morador quilombola, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água e a principal forma de abastecimento, segundo os grupos de idade e a localização do domicílio.
 2. Definiu-se como quilombola a pessoa residente em localidades quilombolas que se declarou quilombola.
 3. Definiu-se como localidades quilombolas aquelas que compõem o conjunto dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, dos agrupamentos quilombolas e das demais áreas de conhecida ou potencial ocupação quilombola. Para mais detalhes, consultar a documentação metodológica.
 4. O conjunto dos Territórios Quilombolas oficialmente delimitados é composto pelos territórios com alguma delimitação formal na data de referência da pesquisa (31 de julho de 2022), conforme os cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dos órgãos com competências fundiárias nos estados e nos municípios. Para mais informações, consultar a documentação metodológica.

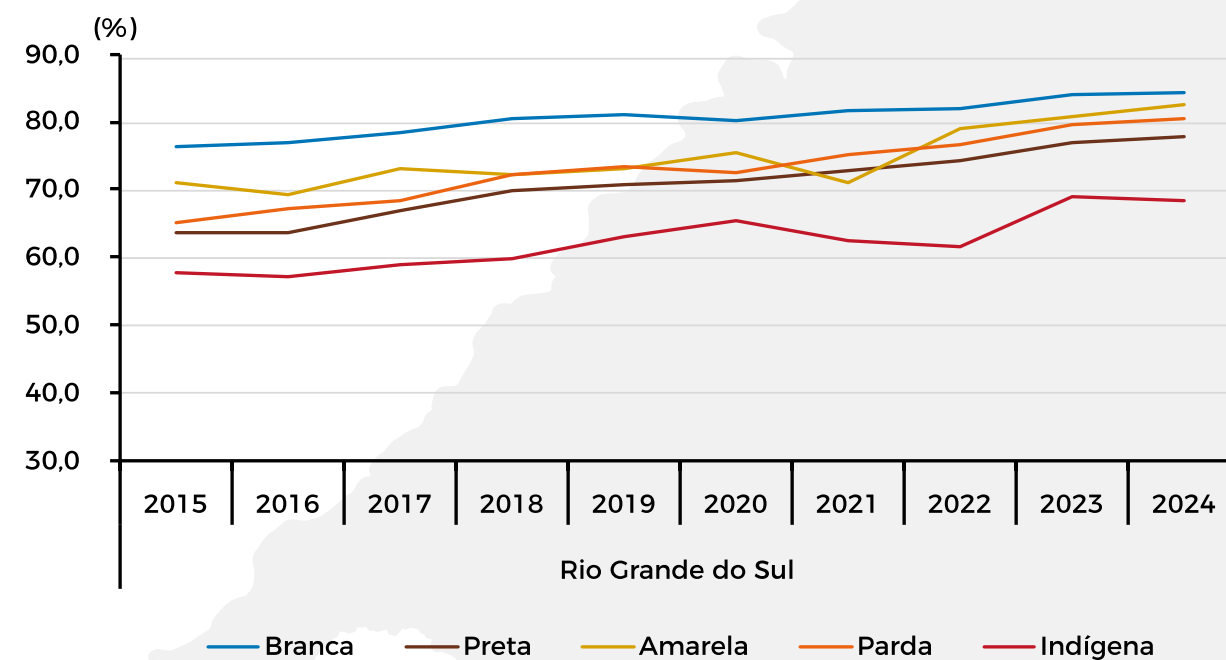
Segundo dados do Censo Demográfico 2022, o acesso à rede geral de água era desigual entre os quilombolas residentes dentro de territórios quilombolas e fora deles, e apresentava comportamento diferente no Brasil e no RS. No país, moradores quilombolas em domicílios localizados dentro de territórios quilombolas possuíam menores percentuais de ligação com a rede geral de abastecimento, se comparado com aqueles que residiam fora desses locais: 51,9% contra 33,7%, respectivamente. No RS, esses percentuais se invertiam: 28,9% e 39,4%, respectivamente.

Os domicílios indígenas apresentavam graves vulnerabilidades no esgotamento sanitário, especialmente em terras indígenas. No Brasil, apenas 3,3% tinham soluções adequadas, enquanto 47,7% usavam fossa rudimentar e 22,6% não possuíam banheiro. No RS, a situação era crítica: 80,4% utilizavam fossa rudimentar, e só 0,8% contava com sistemas adequados.

De acordo com dados do Censo Demográfico, em 2022, os domicílios quilombolas apresentavam vulnerabilidades no esgotamento sanitário, sobretudo em territórios quilombolas. No Brasil, apenas 6,5% tinham soluções adequadas, enquanto 54,8% usavam fossa rudimentar e 5,9% não possuíam banheiro. No RS, a situação era menos crítica, mas desigual: 16,2% contavam com sistemas adequados e 36,2% usavam fossa rudimentar.

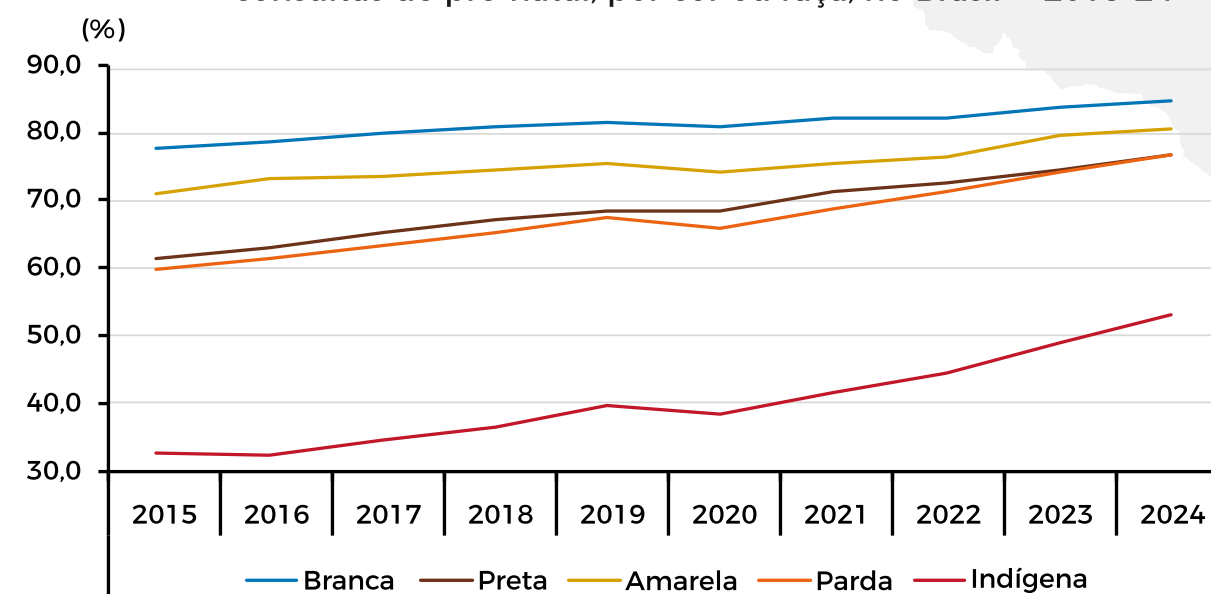
Meta 18.7 – Assegurar o acesso à saúde de qualidade, não discriminatória, para os povos indígenas e afrodescendentes, bem como o respeito às suas culturas e saberes ancestrais, garantido o fortalecimento da saúde pública.

Proporção de nascidos vivos de mães que fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, por cor ou raça, no Rio Grande do Sul – 2015-24



Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
Nota: Valores referentes a 2024 são preliminares.

Proporção de nascidos vivos de mães que fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, por cor ou raça, no Brasil – 2015-24



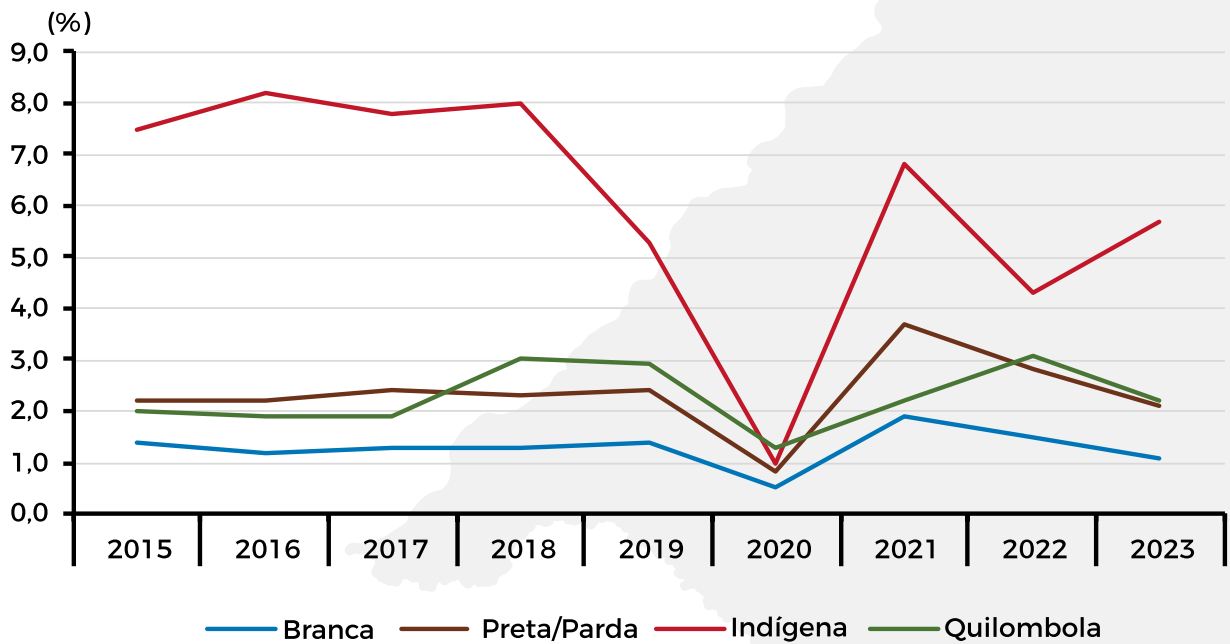
Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
Nota: Valores referentes a 2024 são preliminares.

Entre 2015 e 2024, aumentou a proporção de mães com sete ou mais consultas de pré-natal no RS, com desigualdades por raça. Brancas mantiveram os maiores valores (de 76,3% para 84,3%, aumento de 8p.p), enquanto indígenas tiveram os menores níveis, passando de de 57,6% para 68,5% (um aumento de 10,9p.p.). Os crescimentos mais expressivos ocorreram entre pardas (13,4p.p.) e pretas (14,3p.p.), embora os níveis se mantenham abaixo do das mulheres brancas. No Brasil, no mesmo período, as taxas de pré-natal evoluíram positivamente, mas com desigualdades acentuadas. Brancas passaram de 77,8% para 84,8% (aumento de 7p.p.), enquanto indígenas foram de 33,6% para 53,7% (20,1p.p.). Crescimentos também ocorreram entre pardas (16,4p.p.) e pretas (15p.p.), mantendo indígenas como grupo mais vulnerável.



Meta 18.8 - Assegurar a educação de qualidade e não discriminatória aos afrodescendentes, quilombolas e povos indígenas, bem como o respeito às suas culturas e histórias, garantido o fortalecimento da educação pública.

Taxa de abandono dos anos finais do ensino fundamental, no Rio Grande do Sul – 2015-23

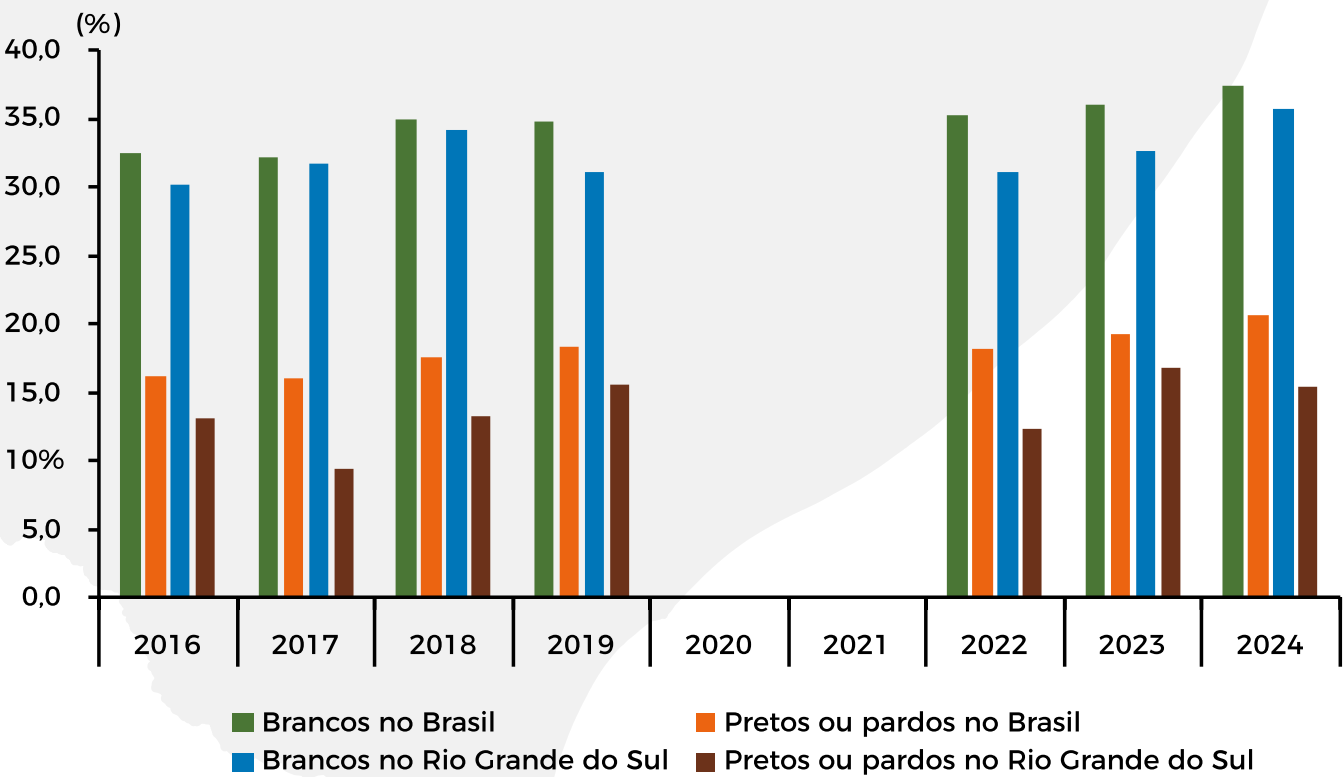


Fonte: Estatísticas do Censo Escolar (INEP).

Entre 2015 e 2023, a taxa de abandono nos anos finais do ensino fundamental caiu para a maioria dos grupos no RS, mas as desigualdades ainda persistem. Estudantes da educação indígena reduziram de 7,5% para 5,7% (queda de 24%), enquanto pretos e pardos caíram modestamente (menos 4,5%). Estudantes da educação quilombola aumentaram de 2% para 2,2% (10%). No mesmo período, no Brasil, as taxas de abandono escolar caíram em todas as categorias, mas permaneceram elevadas e desiguais. Indígenas reduziram de 9,8% para 5,7% (menos 41,8%), pretos e pardos caíram 60,5%, e quilombolas 50%. Apesar da queda, indígenas seguiram com a maior taxa, e a desigualdade racial continuou mais acentuada que no RS.

Entre 2016 e 2024, a escolarização no ensino superior avançou, mas as desigualdades raciais e territoriais ainda persistem no RS. O percentual de pretos e pardos nesse nível de escolaridade passou de 13,1% para 15,4% (aumento de 17,6%), enquanto brancos foram de 30,2% para 35,7% (18,2%).

Taxa de escolarização dos jovens de 18 a 24 anos no ensino superior do Rio Grande do Sul e do Brasil – 2016-2024



Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) (IBGE, 2022).
Nota: Tabela 7142 - Taxa ajustada de frequência escolar líquida, por cor ou raça e faixa etária ideal por curso frequentado.



Referências

Antunes, Marta; Damasco, Fernando. **Construção de indicadores para um novo ODS que retrate a desigualdade étnico-racial no País e no mundo: potencialidades e desafios**. In: Kronemberger, Denise; Athias, Leonardo; Cobo, Barbara (Orgs.). **Reflexões sobre a Agenda 2030: 10 anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025, p. 145-168.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Bases de Dados do SISDEPEN. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/bases-de-dados>>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de Monitoramento de Nascidos Vivos**. Disponível em: <[https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/?s=MSQyMDI1JDEkMSQzNSQ3NiQxJDEkMCQ2MDAwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQw](https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/natalidade/nascidos-vivos/?s=MSQyMDI1JDEkMSQzNSQ3NiQxJDEkMCQ2MDAwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQwJDAkMCQw)>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Painéis de Monitoramento de Mortalidade: Painel de Monitoramento da Mortalidade CID-10**. Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/cid10/>>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan. **Doenças e Agravos: Violência Interpessoal/Autoprovocada**. Disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada>>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único**. [Brasília]: MDS, 2025. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de dados abertos do TSE**. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset>. Acesso em: 31 de out. de 2025.

Conselho Nacional de Justiça. Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ). **Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud: Estatísticas do Poder Judiciário**. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas>. Acesso em: 31 de out. de 2025.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 1º trimestre. **Tabela 6405 - Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente e efetivamente recebidos no trabalho principal e em todos os trabalhos, por cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6405>. Acesso em: 31 de out. de 2025

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 1º trimestre. **Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6408>. Acesso em: 31 de out. de 2025

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 1º trimestre. **Tabela 6402 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, em situação de informalidade e respectivas taxas e níveis, por cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6402>. Acesso em: 31 de out. de 2025

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 9606 - População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9606>>. Acesso em 12 nov 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 1209 - População, por grupos de idade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1209>>. Acesso em 08 ago 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 8175 - População indígena, por localização do domicílio, grupos de idade e sexo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8175>>. Acesso em 11 nov. 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 8176 - População quilombola, por localização do domicílio, grupos de idade e sexo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8176>>. Acesso em 11 nov. 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 9818 - Moradores, total e quilombolas, em domicílios particulares permanentes ocupados, total e com pelo menos um morador quilombola, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água e a principal forma de abastecimento, segundo os grupos de idade e a localização do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9818>>. Acesso em 08 ago 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 9860 - Domicílios particulares permanentes ocupados, total e com pelo menos um morador indígena, e moradores, total e indígenas, em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de domicílio, existência de ligação à rede geral de distribuição de água e principal forma de abastecimento de água, existência de canalização de água, existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, tipo de esgotamento sanitário e localização do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9860>>. Acesso em 08 ago 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 9957 - Moradores, total e indígenas, em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de domicílio, tipo de esgotamento sanitário, localização e situação do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9957>>. Acesso em 08 ago 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Censo Demográfico de 2022. **Tabela 9812 - Domicílios particulares permanentes ocupados, total e com pelo menos um morador quilombola, por existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, por tipo de esgotamento sanitário e localização do domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9812>>. Acesso em 08 ago 2025.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. **Tabela 7142 - Taxa ajustada de frequência escolar líquida, por cor ou raça e faixa etária ideal por curso frequentado**. IBGE, 2025. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7142>>. Acesso em 08 ago 2025.

INEP. **Estatísticas Censo Escolar: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDJNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMjJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 31 de out. de 2025.

INEP. **Microdados da Educação Básica**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, s.l.; s.d.. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 18 ago. 2025.



CADERNOS ODS

Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável no RS